

Aos dezenove dias do mês de julho de dois mil e dezessete, às dez horas e quinze minutos, deu-se início à 2ª Reunião Extraordinária do Conselho Superior do IFRJ, sob a presidência do Reitor Substituto Miguel Roberto Muniz Terra, em virtude da licença por motivo de saúde do Magnífico Reitor Paulo Roberto de Assis Passos. Estiveram
5 presentes os conselheiros: André Luiz Rosário dos Santos (Representante Titular Fecomércio – RJ), Luiz Cláudio Teixeira de Oliveira (Representante Suplente Fecomércio – RJ), Marilda Pimenta Melo (Representante Titular da FIRJAN), Fábio Rodrigo Conde (Representante Titular da CUT), Elisa Suzana Carneiro Pôças (Representante Titular Diretores-Gerais), Florinda do Nascimento Cersósimo
10 (Representante Suplente Diretores-Gerais), Tiago Giannerini da Costa (Representante Titular Diretores-Gerais), Wallace Vallory Nunes (Representante Suplente Diretores-Gerais), Rafael Barreto Almada (Representante Titular Docentes), Danilo Spínola Caruso (Representante Titular Docentes), Marcelo Nunes Sayão (Representante Suplente Docentes), Marco Aurélio Passos Louzada (Representante Titular Docentes),
15 Hélia Pinheiro Rodrigues Corrêa (Representante Suplente Docentes), Omar Souza Nicolau (Representante Titular Docentes), Eládio Bandeira de Lima Filho (Representante Titular Técnicos-Administrativos), Otávio Pereira Carneiro (Representante Suplente Técnicos-Administrativos), Jefferson Robson Amorim da Silva (Representante Titular Técnicos-Administrativos), André Vicente Tobias
20 (Representante Suplente Técnicos-Administrativos), Dalva Baliano Lopes (Representante Suplente Técnicos-Administrativos), Thaís da Silva Alves (Representante Suplente Técnicos-Administrativos), Gabriela Freitas de Andrade (Representante Suplente Discentes), Miguel Emílio Botelho Paolino (Representante Titular Discentes), Leandro Augusto Medeiros da Rocha (Representante Suplente
25 Discentes), Irinéia de Souza (Representante Titular Discentes), além da servidora convidada Cristiane Teixeira de Oliveira, Coordenadora-Geral de Bibliotecas, e o Diretor de Gestão de Pessoas, Edgard Barros. O presidente iniciou a reunião agradecendo a presença de todos. Foram entregues os termos de posse dos conselheiros: Luiz Cláudio Teixeira de Oliveira, Marcelo Nunes Sayão, Omar Souza Nicolau, Miguel
30 Emílio Botelho Paolino e Leandro Augusto Medeiros da Rocha. Procedendo à reunião, o presidente questionou as prioridades da pauta. O conselheiro Marco Aurélio Louzada solicitou que fossem tratados os temas da flexibilização da jornada de trabalho dos servidores técnicos-administrativos e a carga horária docente. Quanto ao Regulamento das Bibliotecas, o conselheiro disse que permanecia a dúvida sobre a necessidade de
35 transferir os livros do Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio (PNLEM) para a Biblioteca. O conselheiro Jefferson Amorim questionou se os relatórios das audiências públicas sobre a flexibilização da jornada de trabalho dos servidores técnicos-administrativos haviam sido disponibilizados. O conselheiro Eládio Bandeira disse que havia solicitado tais relatórios à Secretaria do ConSup, mas não
40 foram enviados. A secretária Mônica Castro disse que havia enviado aos conselheiros somente o Regulamento da flexibilização da jornada de trabalho pois não havia recebido os relatórios das audiências públicas. O conselheiro Rafael Almada destacou que era necessário definir vários pontos antes de dar início à discussão dos temas da pauta. Ele ressaltou que a forma como a pauta foi apresentada estava em desacordo com o
45 Regimento Interno do ConSup, pois faltavam os itens: Expediente, Informações Gerais e Propostas para as Próximas Reuniões. Ele enfatizou a importância de ser estabelecido também um calendário das próximas reuniões para não haver falta de quórum. O

50 presidente acrescentou que era importante estabelecer a forma de apresentação dos assuntos de modo a tornar as reuniões mais objetivas. Então, o presidente esclareceu que as reuniões ocorriam normalmente na terceira quarta-feira do mês, a cada dois meses. O conselheiro Rafael Almada disse que era preciso decidir se o horário de duração da reunião seria ampliado ou se as reuniões passariam a ocorrer mensalmente, pelo menos enquanto a pauta estivesse com muitos assuntos represados, advindos da composição anterior do Conselho. O conselheiro Eládio Bandeira corroborou com a fala do conselheiro Rafael Almada, dizendo que a apresentação da pauta estava divergente do previsto no Regimento. O presidente disse que a pauta estava sendo apresentada daquela forma há algum tempo. O conselheiro Rafael Almada disse que era necessário corrigir a pauta para que os conselheiros não ficassem suscetíveis aos assuntos que pudessem ser incluídos, e pudessem propor os temas das reuniões seguintes. O presidente disse que a pauta estava sendo repetida em todas as reuniões, retirando os assuntos já discutidos e aprovados, e incluindo as novas solicitações enviadas à Secretaria. Então, o presidente disse que poderia ser feito conforme a solicitação dos conselheiros. O conselheiro Eládio Bandeira disse que os conselheiros também deveriam propor a inclusão de temas urgentes na pauta, como por exemplo as eleições para reitor do IFRJ. O conselheiro Rafael Almada sugeriu a realização de uma reunião extraordinária no dia dois de agosto, pois no dia dezesseis, que seria a terceira quarta-feira do mês, os representantes dos segmentos docente e discente estariam em férias. A conselheira Gabriela Andrade sugeriu o dia vinte e três de agosto para a realização da reunião. O conselheiro Jefferson Amorim disse que o dia vinte e três seria o primeiro dia letivo do semestre seguinte e provavelmente não seria possível a presença dos Diretores-Gerais na reunião. O presidente disse que no dia dois de agosto ele não teria disponibilidade. O conselheiro Jefferson Amorim interveio dizendo que era necessário discutir os temas importantes da pauta e tornar a reunião mais objetiva. O conselheiro Eládio Bandeira sugeriu o dia três de agosto para a realização da reunião. O conselheiro Rafael Almada questionou se os conselheiros eram contrários à ideia da ampliação da reunião. A conselheira Florinda Cersósimo disse que uma reunião com duração superior a quatro horas não seria produtiva, e também, os discentes e Diretores-Gerais precisavam voltar ao *campus*. O conselheiro Fernando Beserra disse que era necessário otimizar as reuniões, e sugeriu a realização das reuniões mensais. O conselheiro Danilo Caruso disse que era favorável à ampliação da reunião, uma vez que o Instituto não fornecia as condições adequadas para o deslocamento do servidor. O presidente propôs que a reunião fosse estendida até às quatorze horas, sem intervalo para almoço, de forma a otimizar o tempo. O conselheiro André Luiz Santos disse que era favorável às reuniões mensais, mas com duração de até quatro horas. O conselheiro Fábio Conde concordou com a proposta do presidente de estender um pouco a reunião. O conselheiro Miguel Paolino disse que era favorável à ampliação da reunião. Ele questionou quanto à ajuda de custo para os estudantes comparecerem às reuniões do ConSup. O presidente disse que a ajuda de custo aos alunos era fornecida em todas as reuniões. Após isso, todos concordaram com a realização da reunião até às quatorze horas. O presidente disse que as reuniões ocorreriam sempre na terceira quarta-feira do mês, e, no caso de feriado, seria antecipada ou prorrogada uma semana. No caso do mês de agosto, o presidente sugeriu o dia trinta. O conselheiro Rafael Almada sugeriu o dia três de agosto, de forma a antecipar a aprovação e discussão dos temas da pauta. A conselheira Florinda Cersósimo disse que era favorável à realização da reunião no dia

95 trinta, tendo em vista que os novos conselheiros precisariam de mais tempo para estudar os documentos relacionados a cada tema de pauta, sobretudo se fosse adotado o método de trabalho de formação de comissões para o tratamento de cada assunto específico. O presidente disse que nesse caso, a comissão daria um prazo para os conselheiros apresentarem suas considerações sobre cada tema. O conselheiro Rafael Almada

100 manteve sua proposta de realização da reunião antes das férias docentes. A conselheira Gabriela Andrade disse que para os alunos seria difícil analisar os documentos, finalizar o período e estudar para as provas finais até o dia três de agosto. O conselheiro Marcelo Sayão sugeriu que a reunião fosse iniciada naquele momento, pois alguns pontos já precisavam ser aprovados, e a definição sobre a data poderia ser realizada no final da

105 reunião. Então, em regime de votação, todos concordaram com a proposta do conselheiro. Após isso, o conselheiro Rafael Almada sugeriu a possibilidade de haver reuniões itinerantes. O presidente disse que não haveria problema, mas que o assunto poderia ser debatido posteriormente. Então, o presidente retomou a discussão sobre a metodologia de trabalho. O conselheiro Rafael Almada disse que concordava com a

110 discussão dos pontos da pauta por meio da formação de relatorias, mas esclareceu que o termo “relatoria” era inadequado, uma vez que não estava prevista no Regimento Interno do Conselho Superior a figura do relator, mas apenas a possibilidade de formação de comissões, uma vez que as relatorias, como as do Congresso Nacional, por exemplo, emitem pareceres definitivos. Então, ele sugeriu a instituição de comissões

115 formadas por dois conselheiros, sendo um titular e um suplente, que teriam apenas a função de estudar o assunto em pauta e resgatar o histórico institucional daquele tema, para que fosse discutido no âmbito do Conselho Superior. Foi decidido por consenso que seriam formadas comissões para cada assunto, e os responsáveis iriam apresentar seus destaques sobre os temas em pauta, sendo que os demais conselheiros também

120 poderiam enviar suas sugestões à comissão, de forma a otimizar os debates e aprovações necessárias. O conselheiro Fernando Beserra disse que além de se pensar na metodologia de trabalho do Conselho, era preciso também atuar na revisão do Regimento Interno. O presidente disse que naquele momento estava sendo discutido apenas um plano de trabalho para a nova gestão do Conselho Superior. Então, o

125 conselheiro Fernando Beserra ressaltou que a formação das comissões não deveria ser obrigatória para todos os assuntos. O presidente disse que, a princípio, seria definido no final de cada reunião quais os pontos que seriam tratados na reunião seguinte, sendo designadas as comissões responsáveis por cada tema. O conselheiro Rafael Almada propôs que fosse passada uma folha com os temas em pauta para que cada conselheiro

130 indicasse um ou mais itens sobre os quais gostaria de estudar e formar uma comissão. O presidente então solicitou à secretária que providenciasse a folha com os temas. Depois disso, o presidente questionou a todos se eram favoráveis à discussão da flexibilização da jornada de trabalho dos técnicos-administrativos como primeiro ponto daquela reunião. O conselheiro Jefferson Amorim disse que era importante e urgente discutir o

135 Regulamento das Bibliotecas e Política de Acervo. O presidente solicitou que fosse deliberado qual o primeiro ponto a ser discutido. O conselheiro Marco Aurélio Louzada disse que a discussão do Regulamento da Biblioteca e Política de Acervo, em sua opinião, seria rápida. Em regime de votação, foi decidido que esse seria o primeiro ponto de pauta, com quatorze votos favoráveis. Então, o conselheiro Danilo Caruso

140 disse que gostaria de encaminhar um novo ponto de pauta, que seria a leitura de uma carta do SINTIFRJ endereçada à Reitoria e ao Conselho Superior do IFRJ. O

conselheiro Rafael Almada disse que também gostaria de encaminhar novos pontos de pauta. O presidente disse que as solicitações poderiam ser feitas posteriormente. Então, dando início à discussão sobre o Regulamento das Bibliotecas, o presidente questionou se alguém possuía alguma observação a fazer. A conselheira Florinda Cersósimo disse que gostaria de obter esclarecimentos sobre a Resolução CD/FNDE nº 42 de 2012, que dispõe sobre o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) para a educação básica, e prevê que os livros são patrimônios da instituição, existindo livros que são doados diretamente aos alunos, sem retorno, e outros que são devolvidos ao poder público, formando um acervo bibliográfico. A conselheira disse que, no IFRJ, os Diretores-Gerais faziam a indicação dos livros depois uma consulta aos professores, e que precisava haver um controle desses livros, por isso era importante que os bibliotecários trabalhassem junto com os diretores, o que não era feito no Instituto, uma vez que esse tipo de controle ficava a cargo dos Diretores-Gerais ou dos Diretores de Ensino. A conselheira acrescentou que foi questionada pela CGU acerca do acervo bibliográfico do *Campus* Rio de Janeiro. Outro ponto abordado pela conselheira foi a questão da jornada de trabalho dos bibliotecários, pois no Regulamento apresentado constava a possibilidade de o setor estar aberto por até quatorze horas, caso houvesse servidores disponíveis. Segundo a conselheira, caberia à instituição providenciar para que houvesse os servidores necessários. Após isso, o presidente passou a palavra para a servidora Cristiane Teixeira, Coordenadora Geral de Bibliotecas, que ressaltou que o Regulamento apresentado estava em pauta há três anos no Conselho Superior. A coordenadora esclareceu que não havia procedimentos padronizados de Biblioteca no Instituto, não havia uma Política de Coleções, sendo uma lacuna da instituição nas avaliações do MEC. Sobre o horário de funcionamento colocado no Regulamento, ela explicou que cada *campus* apresentava suas peculiaridades, e que somente um *campus* possuía uma biblioteca que ficava disponível por até quatorze horas, que era o *Campus* Nilópolis. A conselheira Florinda Cersósimo disse que, segundo a legislação vigente, uma biblioteca custeada com recursos públicos seria uma biblioteca pública, e que no Regulamento constava a possibilidade de o acervo bibliográfico do Instituto ser acessível somente à comunidade interna (servidores e alunos). O conselheiro Marco Aurélio Louzada disse que as bibliotecas públicas tinham orçamento próprio, e que as bibliotecas do IFRJ não eram públicas, mas direcionadas à atividade institucional. A coordenadora Cristiane Teixeira esclareceu que as bibliotecas públicas realmente deveriam ter orçamento próprio, como as bibliotecas estaduais e municipais, e o IFRJ poderia abrir suas bibliotecas à comunidade externa, mas não era uma obrigação. Ela esclareceu que os livros estariam disponíveis para consulta tanto dos membros da comunidade interna quanto externa, mas o empréstimo seria restrito à comunidade interna do Instituto. O presidente então disse que era preciso discutir cada ponto questionado. Quanto ao funcionamento do setor por até quatorze horas, ele disse que era uma recomendação proposta no Regulamento, e não uma obrigação, mas que o Regulamento deixava claro que o horário de funcionamento do setor seria definido por cada *campus*. O conselheiro Danilo Caruso sugeriu que fosse retirado o termo “até”, pois a Biblioteca poderia funcionar durante uma hora por dia somente, e mesmo assim estaria cumprindo o Regulamento. Segundo o conselheiro, era necessário definir o horário de funcionamento das bibliotecas como uma política institucional. A conselheira Florinda Cersósimo sugeriu que fosse retirada a recomendação de funcionamento por até quatorze horas. O conselheiro Danilo Caruso sugeriu a inclusão de um horário

190 mínimo de funcionamento. O conselheiro Jefferson Amorim disse que o mínimo que o bibliotecário deveria trabalhar era oito horas diárias, ou menos, caso ele solicitasse redução de carga horária. O presidente ressaltou que alguns *campi* funcionavam somente em um turno. O conselheiro Marcelo Sayão disse que não era razoável exigir que o bibliotecário trabalhasse em um horário muito superior ao horário de funcionamento do *campus*. Após ampla discussão, em regime de votação, foi decidido

195 que a recomendação sobre o funcionamento por até quatorze horas seria mantida, por nove votos favoráveis, seis votos contrários e duas abstenções. O conselheiro Danilo Caruso sugeriu que a responsabilidade da Gestão da Biblioteca fosse realizada pelo Colegiado de *Campus*. A conselheira Florinda Cersósimo disse que o Colegiado de *Campus* era um órgão consultivo, e não deliberativo. O presidente disse que tal atribuição deveria ser ou dos Diretores-Gerais, ou definida pelo próprio *campus*. Então,

200 o conselheiro Danilo Caruso disse que o Colegiado de *Campus* deveria ser ao menos consultado sobre o horário de funcionamento da Biblioteca. O conselheiro Marcelo Sayão disse que deveria ser discutido na revisão do Regimento Geral se o Colegiado de *Campus* deve ser deliberativo ou consultivo. O conselheiro Danilo Caruso propôs a seguinte redação: o horário de funcionamento das bibliotecas será debatido no Colegiado de *Campus* e definido por cada *campus*. Em regime de votação, foi decidido que a frase não seria alterada, com cinco votos favoráveis à proposta do conselheiro Danilo Caruso, sete votos contrários e sete abstenções. Em seguida, houve uma discussão acerca do termo “comunidade interna”, definindo as pessoas aptas a

205 utilizarem os serviços oferecidos pela biblioteca. O conselheiro Wallace Nunes disse que em seu entendimento, o termo incluía além dos servidores e alunos, também os profissionais terceirizados e estagiários, porém, na redação do Regulamento estava especificado que os serviços estariam disponíveis apenas aos alunos e servidores. A coordenadora Cristiane Teixeira esclareceu que não havia um canal de comunicação entre a Biblioteca e os setores responsáveis pelos contratos dos profissionais terceirizados e estagiários, de forma que, caso o contrato de prestação de serviços fosse encerrado, a Biblioteca fosse informada. Ela esclareceu também que os livros estariam disponíveis para consulta a esses profissionais, como comunidade externa. O

210 conselheiro Eládio Bandeira disse que havia fiscais para cada contrato de prestação de serviços, e essa comunicação poderia ser estabelecida. O conselheiro Omar Nicolau disse que era necessário pensar nessa categoria de usuários da Biblioteca. O conselheiro Marco Aurélio Louzada disse que essa questão havia sido discutida na gestão anterior, quando foi verificada uma dificuldade na recuperação da obra do acervo junto à comunidade externa. A conselheira Irineia Souza disse que já vivenciou um caso em

215 que um estagiário não devolveu o livro à Biblioteca. A conselheira Gabriela Andrade disse que em Nilópolis era muito comum alguns alunos da comunidade externa precisarem dos livros do acervo do Instituto para desenvolver pesquisas acadêmicas. O conselheiro Rafael Almada disse que era necessário definir as regras para a consulta da comunidade externa e do cadastro do usuário no sistema da Biblioteca. Ele sugeriu que

220 o termo “comunidade interna” fosse substituído por “comunidade acadêmica”. A coordenadora Cristiane Teixeira disse que não haveria diferença nessa mudança, uma vez que o termo “comunidade interna” já estava especificado no Regulamento. Depois disso, o conselheiro Danilo Caruso destacou que era necessário criar um cadastro efetivo dos usuários para evitar as perdas de obras. A conselheira Florinda Cersósimo

225 disse que a pendência de devolução de livro ficava registrada no cadastro do usuário. O

230

235

conselheiro Wallace Nunes disse que no caso de perda, a responsabilidade recairia sobre o bibliotecário, e sugeriu que no caso dos terceirizados, fosse verificada a pendência de devolução de livros antes do encerramento do contrato, e a empresa contratada arcasse com qualquer eventual prejuízo. Em seguida, o conselheiro Jefferson Amorim destacou a importância de se aprovar os regulamentos em questão, devido às avaliações do MEC.

240 A conselheira Florinda Cersósimo ressaltou que os novos conselheiros ainda não tinham tido acesso aos documentos, e disse que era importante discutir a responsabilidade sobre o acervo bibliográfico, uma vez que era o Diretor-Geral quem fazia o pedido de livros.

245 Ela destacou a dificuldade de cadastramento dos livros do PNLD e respostas à CGU sobre esse patrimônio temporário. A coordenadora Cristiane Teixeira esclareceu que os livros do PNLD não se tratavam de patrimônio, mas sim itens consumíveis, e não eram catalogados. A conselheira Florinda Cersósimo pediu à coordenadora Cristiane Teixeira subsidio legal para que ela pudesse responder à CGU. O conselheiro Danilo Caruso interveio dizendo que era necessário votar sobre a possibilidade de empréstimo de livros à comunidade externa. A coordenadora Cristiane Teixeira disse que não era contra o empréstimo, mas era necessário pensar sobre as limitações das bibliotecas e do Instituto.

250 Ela disse que estava sendo implantado um sistema de controle de empréstimos em que o usuário necessitaria de matrícula ou SIAPE para usufruir dos serviços oferecidos, o que atenderia aos estagiários, pois eles têm SIAPE, e, quanto aos terceirizados, era imprescindível o alinhamento da Biblioteca com os fiscais de contrato para que o empréstimo fosse concedido. O conselheiro Fernando Beserra questionou se os regulamentos haviam sido revisados pelo Fórum dos Bibliotecários no âmbito do IFRJ, e a coordenadora Cristiane Teixeira respondeu que sim. Em regime de votação, os conselheiros decidiram que todos poderiam consultar os livros e seria feito um esforço para que os profissionais terceirizados e estagiários pudessem também realizar empréstimos de obras do acervo bibliográfico do Instituto, com treze votos favoráveis e quatro abstenções. Depois disso, foi abordado o ponto sobre o cadastro dos livros didáticos. A coordenadora esclareceu que os livros do PNLEM não eram tratados tecnicamente. A conselheira Florinda Cersósimo destacou novamente que a CGU cobrou informações acerca desses livros, pois foi feita uma denúncia ao referido órgão de controle dizendo que tais livros não eram catalogados, e, portanto, a conselheira, como Diretora-Geral do *Campus* Rio de Janeiro, estava respondendo por essa denúncia. A conselheira disse que responderia à CGU que pelo Regulamento do Instituto, os livros não eram patrimoniáveis. Após ampla discussão, o conselheiro Rafael Almada sugeriu que fossem aprovados os documentos apresentados, uma vez que não estavam em desacordo com a legislação vigente. Em regime de votação, os documentos foram aprovados com as alterações propostas anteriormente, por treze votos favoráveis e uma abstenção. Depois disso, o conselheiro Danilo Caruso solicitou a palavra para ler a carta emitida pelo SINTIFRJ ao Conselho Superior e Gabinete do Reitor do IFRJ, sobre o posicionamento do órgão sindical acerca da recomendação do Ministério Público, através do Ofício nº 7819/2017/PR/RJ/GAB/MC sobre a adoção de ponto eletrônico no IFRJ. O conselheiro leu o teor do documento e colocou suas considerações repudiando a recomendação do MP. O conselheiro Eládio Bandeira disse que na proposta de Regulamento de flexibilização da jornada de trabalho dos técnicos-administrativos, desenvolvido pelo GT 30 horas, constava que o registro de assiduidade e pontualidade dos técnicos dar-se-ia por meio da adoção de sistemas eletrônicos, em conformidade com o Decreto nº 1.867/1996, sendo implementado de forma gradativa, conforme

275

280

planejamento institucional. O presidente então apresentou o relatório da consulta e das audiências públicas realizadas sobre o tema, encaminhado pela Diretoria de Gestão de

285 Pessoas. Segundo o relatório, os servidores apresentaram-se favoráveis à flexibilização da jornada de trabalho dos técnicos-administrativos. O conselheiro Jefferson Amorim, que também participou do GT 30 horas, ressaltou que quanto ao instrumento de aferição da assiduidade do servidor técnico-administrativo, o Grupo de Trabalho procurou adequar o texto do Regulamento à legislação vigente, mas que a instalação do ponto

290 eletrônico deveria seguir o planejamento do Instituto. Ele disse também que era necessário atentar-se para as carreiras com carga horária diferenciada e os servidores que trabalhavam também aos sábados. Ele chamou a atenção também para os *campi* que estavam em formação. O presidente disse que outras providências ainda seriam necessárias após a aprovação do Regulamento. O conselheiro Jefferson Amorim disse

295 que seriam formadas as comissões locais para estudo da aplicabilidade da flexibilização da jornada de trabalho. O conselheiro Jefferson Amorim disse que, em relação ao ponto eletrônico, as inovações tecnológicas estavam ocorrendo diariamente, e que atualmente falava-se em ponto eletrônico, mas futuramente poderia ser necessária a adoção de outro tipo de controle. Então, o presidente disse que após a aprovação do Regulamento, ainda

300 seria necessária a discussão sobre a implantação da flexibilização da jornada de trabalho dos técnicos. Ele destacou que o Ministério Público do município de São Pedro da Aldeia ajuizou uma ação para implantação do ponto eletrônico especificamente para os docentes do *Campus* Arraial do Cabo. O conselheiro Omar Nicolau disse que por causa de um professor que não cumpria suas obrigações, foi feita a denúncia ao MP, e por isso

305 todos os docentes seriam obrigados a cumprir a recomendação do referido órgão. O conselheiro Jefferson Amorim lembrou que em uma reunião anterior do Conselho Superior, foi decidido que os docentes não mais assinariam o registro de ponto. O conselheiro Marco Aurélio Louzada pediu a palavra para esclarecer a afirmativa do conselheiro Jefferson Amorim, sendo que foi feito um pedido de intervalo em seguida.

310 Após o intervalo, o assunto não foi retomado pois o conselheiro Jefferson Amorim retirou o tema. Iniciou-se então a discussão sobre a proposta de Regulamento da Flexibilização da Jornada de Trabalho dos Servidores Técnico-Administrativos. O conselheiro Eládio Bandeira sugeriu que fosse alterada a redação do artigo dez, que tratava sobre o registro de assiduidade por meio de ponto eletrônico, conforme Decreto

315 nº 1.867/1996. O conselheiro propôs o acréscimo da informação “conforme planejamento institucional”. O conselheiro Fernando Beserra concordou com a sugestão do conselheiro Eládio Bandeira. O presidente ressaltou que o Regulamento não poderia prever nada contrário à adoção de ponto eletrônico. A conselheira Florinda Cersósimo disse que o Regulamento em questão foi baseado em outro documento anteriormente

320 aprovado pela auditoria interna. O conselheiro Eládio Bandeira disse que o documento do Instituto Federal de São Paulo (IFSP) causou divergências entre os segmentos de docentes e técnicos-administrativos daquele Instituto. O presidente disse que a proposta de Regulamento apresentada contemplaria a necessidade do Instituto, mas que a aprovação poderia ser votada. O conselheiro Fernando Beserra disse que a implantação

325 do ponto eletrônico não era garantia de um melhor funcionamento da instituição, poderia causar um presenteísmo e conseqüente aumento de atendimentos pelo setor de Saúde do Trabalhador; mas, por outro lado, a legislação não poderia deixar de ser observada. O presidente disse que era necessário discutir a redação do artigo dez, uma vez que o Decreto nº 1.867/1996, que prevê a utilização de ponto eletrônico, era muito

330 anterior ao Regulamento. O presidente ressaltou que a adoção de ponto eletrônico pela
administração pública estava presente em vários instrumentos legais, não apenas no
referido decreto. Em seguida, o conselheiro Jefferson Amorim disse que a reforma
trabalhista recentemente aprovada pelo Presidente da República poderia inclusive
335 alterar o artigo trinta e sete da Constituição Federal. Após isso, o Diretor de Gestão de
Pessoas, Edgard Barros, disse que se fosse colocado no Regulamento que o ponto
eletrônico seria implantado “de forma gradativa, conforme legislação vigente”, o texto
ficaria dentro da legalidade. O conselheiro Rafael Almada sugeriu a alteração do termo
para “legislações vigentes”, e o presidente complementou retomando a sugestão do
340 conselheiro Eládio Bandeira, de incluir o texto “conforme planejamento institucional”.
Por consenso, foi aprovada a alteração do artigo dez conforme as propostas
mencionadas pelos conselheiros. Depois disso, o conselheiro Eládio Bandeira disse que
era preciso atentar-se também para o artigo sexto do Regulamento, que tratava sobre o
prazo para início dos trabalhos das comissões locais. Porém, segundo o conselheiro, era
345 necessário também observar o Regimento Geral do Instituto para alinhar as atividades
desenvolvidas nos *campi* com o referido Regimento. O presidente disse que as
comissões locais poderiam rever os regimentos de cada *campus*. O conselheiro Jefferson
Amorim disse que a CIS deveria trabalhar juntamente com as comissões locais. Em
seguida, o conselheiro Eládio Bandeira leu uma parte da ata da reunião do Conselho
350 Superior de dezesseis de outubro de dois mil e quatorze, em que foi colocada a
necessidade de reavaliação do Regimento Geral do IFRJ. A conselheira Florinda
Cersósimo disse que o Pró-Reitor de Administração Miguel Terra havia solicitado a
todos os Diretores-Gerais que enviassem o organograma atualizado de cada *campus*,
para a revisão do Regimento Geral, e que posteriormente o documento atualizado seria
355 submetido ao ConSup. O presidente ressaltou que o organograma da Reitoria foi
aprovado *ad referendum*. Depois disso, iniciou-se a votação da proposta de
Regulamento da Flexibilização da Jornada de Trabalho dos Servidores Técnico-
Administrativos. Por unanimidade, a proposta foi aprovada com as modificações
sugeridas na reunião. Então, o presidente disse que era preciso definir quais os temas
360 seriam abordados na reunião seguinte, e quais seriam as comissões responsáveis pelo
tratamento de cada ponto da pauta. O presidente leu as informações colocadas na folha
com os pontos de pauta, com a formação das comissões. A conselheira Florinda
Cersósimo questionou como seriam enviadas as considerações dos conselheiros para as
respectivas comissões. O presidente disse que os conselheiros poderiam encaminhar
seus destaques diretamente às comissões formadas. O conselheiro Marcelo Sayão disse
365 que deveria ser analisado se era necessário incluir mais algum ponto na pauta. O
presidente respondeu que as solicitações deveriam ser encaminhadas diretamente à
Secretaria para inclusão. O conselheiro Marcelo Sayão disse que as eleições para Reitor
do IFRJ era um ponto urgente que deveria ser adicionado à pauta, devido aos prazos
legais. O presidente concordou e disse que era necessário então criar uma comissão para
370 o tratamento desse assunto. O conselheiro Marcelo Sayão ressaltou que gostaria de
incluir na pauta a discussão sobre o regulamento de remoção dos servidores. O
presidente disse que seria publicado um edital de remoção de servidores no início do
mês de agosto. O conselheiro Rafael Almada destacou que gostaria de solicitar alguns
pontos de pauta. Ele solicitou a presença da Reitoria na reunião seguinte do ConSup
375 para explicar a contratação da empresa responsável pelo Planejamento Estratégico, pois,
no seu entendimento, a contratação da empresa deveria ser submetida ao ConSup. O

presidente respondeu que essa contratação não caberia ao ConSup. O conselheiro Rafael Almada solicitou também a inclusão do ponto sobre o orçamento de dois mil e dezoito. O presidente disse que o orçamento para o ano seguinte ainda não estava definido. O conselheiro disse que atualmente o ConSup só estava aprovando a execução orçamentária, mas que era importante o envolvimento do Conselho no planejamento orçamentário da instituição e na fixação de despesas. O conselheiro solicitou também explicações acerca a Portaria nº 246/2016 emitida pelo MEC, que dispõe sobre a criação do modelo de dimensionamento de cargos efetivos, cargos de direção e funções gratificadas e comissionadas no âmbito dos Institutos Federais. Segundo o conselheiro, no âmbito do IFRJ, a distribuição dos cargos e funções gratificadas estava concentrada na Reitoria e mal distribuída nos *campi*, estando, portanto, em desacordo com a citada portaria. O presidente solicitou que o conselheiro enviasse todas as demandas para a Secretaria do ConSup, para serem encaminhadas ao presidente do Conselho. O conselheiro Rafael Almada acrescentou que gostaria da presença da Pró-Reitoria de Extensão e da Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Inovação para que fizessem apresentações sobre os resultados da Semana de Extensão - SEMANEX e a Jornada Interna de Iniciação Científica e Tecnológica - JIT, a fim de ser realizada uma avaliação institucional. O conselheiro mencionou também uma falha em relação ao Edital de Extensão, que excluiu os estudantes da Graduação da possibilidade de participar da Pró-Extensão, e disse que gostaria de obter explicações da Pró-Reitoria responsável sobre o assunto. O presidente ratificou a necessidade de formalização da solicitação de esclarecimentos. Após isso, o conselheiro Eládio Bandeira disse que era importante priorizar a revisão do Regimento Geral do IFRJ. O presidente disse que era necessário revisar primeiramente o Estatuto do IFRJ, que seria aprovado também pelo MEC. Após isso, o conselheiro Eládio Bandeira destacou também a importância de ser analisada a progressão *per saltum* dos técnicos-administrativos. O presidente disse que o tema poderia ser debatido, mas que havia uma legislação superior sobre o assunto. O conselheiro Eládio Bandeira questionou sobre a Instrução de Serviço nº 09, que trata sobre a avaliação institucional do técnico-administrativo, pedindo sua revogação. O Diretor Edgard Barros disse que essa IS seria revogada e já foi apresentada uma nova proposta de avaliação conforme a legislação vigente. O presidente disse que o tema estava sendo revisto e a nova proposta de avaliação seria submetida ao ConSup. O conselheiro Jefferson Amorim perguntou quanto aos efeitos já causados pela IS. O Diretor Edgard Barros disse que a IS foi devidamente publicizada e os prejuízos causados devido à necessidade de abertura de processo poderiam ser avaliados. O conselheiro Jefferson Amorim destacou que o GT de Qualificação não havia convocado nenhuma reunião até aquele momento. O conselheiro acrescentou que era necessário escolher novos membros do Conselho Superior para a composição do referido GT. Em seguida, a conselheira Thais Alves questionou sobre a concessão de diárias para os conselheiros pela Reitoria, uma vez que o *campus* em que ela estava lotada não possuía orçamento para isso. O presidente disse que a questão seria analisada. O conselheiro Rafael Almada disse que esse assunto era de extrema relevância, uma vez que poderia comprometer o quórum das reuniões. Após isso, foi decidido que seriam discutidos na reunião seguinte os pontos: Eleições para Reitor do IFRJ, Carga Horária Docente e Revisão do Estatuto do IFRJ. A secretária Mônica Castro alterou a ordem dos assuntos na pauta. O conselheiro Rafael Almada solicitou que fosse debatida na próxima reunião a aprovação do Curso em Educação e Divulgação Científica do *Campus* Mesquita. A

425 conselheira Florinda Cersósimo solicitou que fosse emitido, em nome do ConSup, um documento oficial com a posição do órgão colegiado sobre a recomendação do Ministério Público sobre a implantação do ponto eletrônico. O presidente disse que não foi debatido um posicionamento final do Conselho sobre o assunto. O conselheiro Jefferson Amorim disse que a ata da reunião já seria um relato sobre a discussão do tema. O conselheiro Rafael Almada sugeriu a inclusão desse ponto na pauta em 430 “Assuntos Gerais” para ser abordado na reunião seguinte. Depois disso, foi votada a data para a realização da próxima reunião. Foram contabilizados oito votos a favor da reunião no dia trinta de agosto, oito votos a favor da reunião no dia três de agosto e nenhuma abstenção. Então, com o voto de minerva, o presidente informou que a próxima reunião seria no dia trinta de agosto, e nada mais havendo a ser tratado, encerro 435 a presente ata que seguirá assinada por mim e pelo presidente.